VARD PROMAR S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R$ mil)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	100.468	152.507
Contas a receber	4	6.161	5.849
Estoques	5	57.131	57.557
Outros créditos		1.827	2.215
Total dos ativos circulantes		165.587	218.128
NÃO CIRCULANTES			
Impostos a recuperar	6	15.882	14.477
Contas a receber com partes relacionadas	10	55.959	47.633
Depósitos judiciais	9	6.692	5.352
Imobilizado e intangível	7	305.734	320.242
Total dos ativos não circulantes		384.267	387.704
TOTAL DOS ATIVOS		549.854	605.832

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTES			
Fornecedores		2.405	1.439
Salários, provisões e contrib. sociais		1.426	1.941
Tributos a recolher		3.009	12.745
Empréstimos e financiamentos	8	38.859	26.584
Parcelamentos tributários		150	178
Outros passivos		4.109	1.537
Total dos passivos circulantes		49.958	44.424
NÃO CIRCULANTES			
Cts a pagar c/ partes relacionadas	10	318.068	272.760
Empréstimos e financiamentos	8	907.710	863.670
Provis. p/riscos trabal.,cíveis e fiscais	9	4.975	5.752
Parcelamentos tributários		38	187
Total dos passivos não circulantes		1.230.791	1.142.369
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	12		
Capital social		1.109.108	1.109.108
Prejuízos acumulados		(1.840.003)	(1.690.069)
Total do patrimônio líquido negativo		(730.895)	(580.961)
TOTAL DOS PASS. E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		549.854	605.832

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	13	22.580	27.345
CUSTO DOS SERV. PRESTADOS	14	(61.352)	(42.513)
PREJUÍZO BRUTO		(38.772)	(15.168)
RECEITAS (DESP.) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	14	(439)	(4.779)
Outras receitas operacionais	14	-	72.596
Total		(439)	67.817
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	15	8.330	1.941
Despesas financeiras	15	(14.825)	(13.304)
Variação monetária e cambia, líquida	15	(104.228)	57.794
Total		(110.723)	46.431
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IR E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(149.934)	99.080
Imposto de renda e contribuição social	11	-	(6.978)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQ. DO EXERC.		149.934	92.102
(Prejuízo) Lucro líquido por ação		(0,14)	008
Quantidade de ações ao final do exercício (em milhares)		1.109.108	1.109.108

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R$ mil)

	31/12/2024	31/12/2023
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERC.	(149.934)	92.102
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRAN. TOTAL EXERCÍCIO	(149.934)	92.102

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31/12/2022	1.109.108	(1.782.171)	(673.063)
Lucro líquido do exercício	-	92.102	92.102
SALDOS EM 31/12/2023	1.109.108	(1.690.069)	(580.961)
Prejuízo líquido do exercício	-	(149.934)	(149.934)
SALDOS EM 31/12/2024	1.109.108	(1.840.003)	(730.895)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(149.934)	92.102
Ajustes p/reconc. o (prej.) lucro líquido do exerc. c/ o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	7 e 14	16.741	19.084
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, líquidas	8	99.033	(12.734)
Variações cambiais sobre partes relacionadas, líquidas		38.613	(29.976)
Reversão de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	9	(777)	(147)
Ajuste de provisão para perda de estoque	14	(46)	(360)
Perda com baixa de imobilizado		-	29
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(312)	71.756
Contas a receber com partes relacionadas		(46.939)	(14.864)
Estoques		472	2.395
Impostos a recuperar		(1.405)	(875)
Outros créditos		388	(621)
Depósitos judiciais		(1.340)	(1.036)
"Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		966	(13)
Contas a pagar com partes relacionadas		45.308	(9.775)
Salários, provisões e contribuições sociais		(515)	479
Tributos a recolher		(2.758)	10.744
Parcelamentos tributários		(177)	(184)
Outros passivos		2.572	1.390
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(110)	127.394
Juros pagos de empréstimos		(15.234)	(14.889)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(6.978)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(22.322)	112.505
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado	7	(2.233)	(10.551)
Aquisição de ativo intangível	7	-	(10)
Caixa líquido aplic. nas ativid. de investimento		(2.233)	(10.561)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações de empréstimos e financiamentos	8	-	4.015
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	8	(27.484)	(22.039)
Captação (amortização) de empréstimo com partes relacionadas	8	-	58.905
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(27.484)	40.881
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(52.039)	142.825
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício		152.507	9.682
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício		100.468	152.507
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(52.039)	142.825

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕESFINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Vard Promar S.A. ("Vard Promar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede localizada na Rua dos Estaleiros S/N, Zona Ind. Portuária, Ilha de Tatuoca, Ipojuca - PE, constituída em 3 de agosto de 2009. A Companhia possui dois acionistas, o Vard Group AS, que detém 99,99% e o Vard Eletro Brasil, que detém 0,01% do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024. A Companhia tem como atividade preponderante: (i) indústria de construção naval e a prestação de serviços de reparos navais, com a utilização de embarcações próprias ou de terceiros; (ii) montagens e manutenção industriais; (iii) fabricação de produtos industriais; (iv) obras e serviços assemelhados, inclusive a comercialização de produtos industriais próprios ou de terceiros no mercado interno e externo, e; (v) importação e exportação e a prestação de serviços de engenharia em geral. Para a realização de seu objetivo social a Companhia pode associar-se a terceiros, mediante a constituição de consórcios, bem como participar de outras sociedades, como sócia, acionista ou cotista. a) Atividades operacionais: Em 31 de dezembro de 2024, a Vard Promar possui um estaleiro, onde é a sede da Companhia, e um dique flutuante, estrutura onde é feita a docagem dos navios, além de não possuir contratos de construção em andamento. As atividades de 2024 concentraram-se principalmente na prestação de serviços de reparos navais. Embora Companhia tenha apurado prejuízos operacionais e passivo a descoberto no encerramento do exercício de 2024 no montante de R$730.895 (2023 - R$ 580.961), o acionista vem aportando recursos para a manutenção do equilíbrio financeiro da Companhia, quando necessário. Acreditando nas oportunidades de longo prazo para a indústria de construção naval no Brasil e seus reflexos positivos sobre os futuros resultados financeiros e operacionais da Companhia, o Vard Group AS vem concedendo linha de crédito através de um Contrato de Empréstimo para financiar necessidades financeiras da Vard Promar, reforçando sua expectativa na retomado do mercado. Em 2024, o estaleiro se manteve consolidado no mercado de reparos navais, com uma carteira significativa de clientes. No ano, foram 15 reparos de embarcações apresentando uma receita de R$24 milhões, em linha com o ano anterior. Acreditam, ainda, que a Companhia pode se destacar no mercado nacional devido a, entre outros fatores, principalmente: • Possuir uma das mais modernas instalações de construção naval da América do Sul, onde existem poucos estaleiros remanescentes com capacidades semelhantes, principalmente no Brasil, o que posiciona a Companhia favoravelmente. • A localização geográfica estratégica, somada ao crescimento da demanda por serviços de reparo e conversões navais, fortalece o planejamento da Companhia para o desenvolvimento de um cluster naval em Pernambuco, com foco em reparo. Esse cenário representa uma excelente oportunidade de mercado no longo prazo, especialmente diante da futura exploração das Bacias da Margem Equatorial. • Possuir o diferencial de fazer parte da Vard Group AS e da Fincantieri SpA, ambos com experiência comprovada na construção de navios complexos e de alto valor agregado, tais como de apoio offshore, militares, pesqueiros, de cruzeiro, entre outros, estando bem-posicionada para ganhar novos contratos no Brasil. A indústria naval e offshore vive um momento de retomada, impulsionado pela recuperação da demanda global por petróleo e pelo Ministério de Minas e Energia, que intensifica a exploração de bacias antigas e novas áreas produtivas. Esse movimento gera maior demanda por embarcações, beneficiando diretamente o setor de reparo, manutenção e conversões. Como consequência, Petrobras e Transpetro, historicamente motores do setor, reforçam essa tendência com o Plano Estratégico PN 2025-2029 e o Projeto TP 25, focados na renovação e ampliação da frota para exploração, suporte offshore e distribuição de derivados. Esse cenário cria oportunidades para o estaleiro consolidar sua atuação. Além disso, o aumento do consumo interno impulsiona a expansão da cabotagem, fortalecendo ainda mais o mercado e abrindo novas frentes para o estaleiro se posicionar estrategicamente no setor naval. A Companhia realizou avaliação acerca da sua continuidade operacional e concluiu que possui capacidade de dar continuidade às suas operações e cumprir com as suas obrigações conforme os vencimentos contratados. A Companhia acredita que é provável que os planos acima descritos sejam suficientes e possam ser efetivamente implementados e que tais planos mitiguem os eventos ou condições identificadas. Além disso, conforme mencionado na nota explicativa nº 7, a Companhia realizou teste de valor recuperável de seus ativos através do método da mensuração do valor justo dos ativos líquido das despesas de venda e não identificou qualquer perda ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2024. b) Acordo relevante com cliente: Em 11 de setembro de 2015, a Companhia ajuizou uma ação judicial contra Transpetro requerendo a compensação pelas perdas incorridas nos gaseiros e o reestabelecimento do equilíbrio econômico dos contratos de construção onde prova técnica preliminar confirmou a existência dos desequilíbrios alegados. Em dezembro de 2015, a Transpetro rescindiu unilateralmente os contratos de construção dos navios EP 07 e EP 08 e solicitou a devolução dos adiantamentos contratuais realizados. Essas questões também estavam sujeitas à revisão judicial e foram discutidas na ação judicial proposta pela Companhia perante a Justiça Estadual do Rio de Janeiro. A Companhia não reconheceu quaisquer ativos relacionados aos pedidos feitos nessa ação judicial ajuizada contra a Transpetro nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, por ser considerado um ativo contingente e, portanto, não sendo passível de reconhecimento. Em fevereiro de 2019, o perito indicado pelo Juízo atribuiu à Transpetro responsabilidade por danos ao Vard Promar, no montante total de R$134,2 mil na data-base do contrato de novembro de 2009. Basicamente, tais danos referem-se: (a) EP01 a EP06 - parcela do custo por atraso na entrega das embarcações (custo de mão de obra direta; custos indiretos e diretos de produção; custos financeiros; e Custos contratuais); e (b) EP07 e EP08 - custos incorridos pelo Vard Promar antes da rescisão contratual, tais como Engenharia e alguns outros custos com fornecedores. Em 21 de junho de 2021 foi proferida sentença, complementada pela posterior decisão dos embargos de declaração, julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo VARD, para condenar a Transpetro ao pagamento do valor histórico de R$134,2 mil, acrescido de juros de mora desde a citação e correção monetária a partir do ajuizamento da ação. Em seguida, ambas as partes interpuseram apelação e apresentaram as respectivas contrarrazões. Em 30 de outubro de 2023 as partes resolveram, através de um "instrumento de transação e outras avenças ("Instrumento" ou "Acordo")" após tratativas e mediante concessões recíprocas, darem quitação integral e definitiva aos processos acima mencionados, abrangendo todo e qualquer fato consumado até a data da assinatura do Acordo, sendo devido a Transpetro o pagamento do montante total de R$ 175.977 mil. Em função deste acordo, a Companhia reconheceu como "Outras receitas operacionais" o montante de R$100.070 mil e despesas de honorários advocatícios no montante de R$10.948 mil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que contempla aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos ao final de cada exercício, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. 2.3. Continuidade operacional: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, que a Sociedade está operando e continuará a operar em futuro previsível. A Administração efetuou avaliação quanto a capacidade da Sociedade em manter sua continuidade operacional, e não identificou nenhuma incerteza significativa sobre o assunto. 2.4. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. 2.5. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são baixados quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados por meio da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia mantinha os seguintes instrumentos financeiros: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Depósitos judiciais, Fornecedores e Empréstimos e financiamento. A Companhia avalia anualmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. 2.6. Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo. Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis e classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado. 2.7. Estoques: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: • Matérias-primas: custo de aquisição segundo o custo médio, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. • Almoxarifado: custo de aquisição segundo o custo médio, que não excede ao seu custo de reposição, os quais são baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. 2.8. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumulado. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útileconômica estimado dos bens. Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Depreciação: A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos itens do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Informática	5 anos
Dique flutuante	35 anos
Edificações	41 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. 2.9. Redução ao valor recuperável ("Impairment") - Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e após a realização do teste do valor recuperável, não foi identificado perda. 2.10. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para as causas cujas probabilidades de desembolso de caixa são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. 2.11. Capital social - Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Quando aplicáveis, os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. 2.12. Receitas - Reconhecimento de receita com prestação de serviços de manutenção: Para as prestações de serviços de reparos, as quais são realizadas em embarcações, as receitas são reconhecidas com base em medições realizados pelos responsáveis técnicos após validação e aprovação do cliente, quando da conclusão da prestação, seguimos com a emissão do documento fiscal correspondente. 2.13. Benefícios fiscais: A indústria naval brasileira possui diversos incentivos tributários concedidos pelas esferas Federais e Estaduais, nas suas aquisições e em suas vendas. Incentivos necessários para o fortalecimento da atividade econômica e aumento no poder de competitividade do Estaleiro. A Companhia é beneficiária das seguintes isenções fiscais: • Federal: - Ficam reduzidas a zero as alíquotas das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta de venda no mercado interno de materiais e equipamentos, inclusive partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações registradas ou pré-registradas no Registro Especial Brasileiro (REB). Conforme Decreto 5.171/04, art. 6º-A (alterado pelo decreto 6.887/09). - Suspensão da incidência de IPI na aquisição, realizada por estaleiros navais brasileiros, de materiais e equipamentos, incluindo partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações préregistradas ou registradas no REB. Conforme Lei 9.493/97, art. 10º (alterado pela Lei 11.774/08). 2.14. Julgamentos e estimativas: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. a) Redução dos valores de recuperação dos ativos: A cada encerramento do exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação. Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente ou valor líquido de venda, dos dois o maior, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia realizou teste de redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado, por meio do método de valor líquido de venda, e nenhuma perda foi reconhecida. 2.15. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, quando aplicável são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	2
Bancos	138	233
Aplicações financeiras	100.330	152.272
	100.468	152.507

As aplicações financeiras nacionais correspondem a fundos remunerados ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário e estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os fundos apresentaram rendimentos médio de 10,87% (12,69% em 2023). As aplicações financeiras mantidas no Santander em Madrid são realizadas com uma taxa de juros préfixada, o que significa que os rendimentos são determinados no momento da contratação, independentemente das flutuações nas taxas de mercado ao longo do período de aplicação. Para o ano de 2024, essas aplicações apresentaram um rendimento médio de 4,42%. Adicionalmente, o valor das aplicações está sujeito à variação cambial, considerando a conversão da moeda local para a moeda funcional da Companhia.

4. CONTAS A RECEBER: O valor contabilizado em clientes a receber, está apresentado no balanço. Apresentamos a seguir quadro demonstrativo da composição dos saldos de contas a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de reparos	6.161	5.849
	6.161	5.849

5. ESTOQUES

	31/12/2024	31/12/2023
Matérias-primas	35.365	35.460
Almoxarifado	32.228	32.605
(-) Provisão para perda de estoque	(10.462)	(10.508)
	57.131	57.557

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2024	31/12/2023
PIS a recuperar (a)	2.974	2.953
COFINS a recuperar (a)	11.428	11.395
IR e contribuição social a recuperar (b)	225	54
Outros	1.255	75
	15.882	14.477

A Companhia pretende utilizar os créditos acima compensando com os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, de acordo com as regras estabelecidas pela Instrução Normativa Nº 600 de 2005, em conexão com o desenvolvimento regular de suas operações. Uma vez informado pelo programa gerador, os referidos créditos não expiram. a) A Companhia reconhece créditos da contribuição do PIS com base na Lei nº 10.637/02, que dispõe sobre a não-cumulatividade desse tributo e que possibilitou às empresas obrigadas a calculá-lo pelo regime não cumulativo descontarem créditos nas aquisições de materiais utilizados na produção e/ou fabricação de bens e serviços, a partir de janeiro de 2003. Da mesma forma, com base na Lei nº 10.833/03, que dispõe sobre a não-cumulatividade da cobrança da COFINS, também foi permitido que tais créditos fossem apropriados pelas sociedades tributadas pelo regime não cumulativo da referida contribuição. b) O imposto de renda a recuperar refere-se aos valores obtidos nas transações de aplicações financeiras e é compensável com o imposto devido pela Companhia.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação (%)	2024 Custo	2024 Depreciação acumulada	2024 Líquido	2023 Líquido
Edificações	2,44%	217.854	(47.385)	170.469	174.918
Máquinas e equipamentos	10%	148.249	(122.700)	25.549	35.013
Dique flutuante	2,84%	83.815	(24.332)	59.483	61.863
Terrenos	-	15.623	-	15.623	15.623
Obras em andamento	-	34.045	-	34.045	32.062
Móveis, utensílios e ferramentas	10%	4.602	(4.396)	206	269
Equipamentos de informática	20%	4.242	(4.148)	94	101
Veículos	20%	916	(916)	-	-
Subtotal		509.346	(203.877)	305.469	319.849
Intangível	20%	2.192	(1.927)	265	393
Total		511.538	(205.804)	305.734	320.242

A seguir, a movimentação do ativo imobilizado:

31/12/2024

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Total
Imobilizado operacional					
Edificações	174.918	-	-	(4.449)	170.469
Máquinas e equipamentos	35.012	172	-	(9.636)	25.548
Dique flutuante	61.863	-	-	(2.380)	59.483
Terrenos	15.623	-	-	-	15.623
Móveis e utensílios	269	43	-	(106)	206
Informática	101	36	-	(42)	95
Subtotal	287.786	251	-	(16.613)	271.424
Imobilizado em construção					
Dique flutuante	32.063	1.982	-	-	34.045
	32.063	1.982	-	-	34.045
Total Imobilizado	319.849	2.233	-	(16.613)	305.469
Intangível					
Software	393	-	-	(128)	265
Subtotal	393	-	-	(128)	265
Total Imobilizado e Intangível	320.242	2.233	-	(16.741)	305.734

31/12/2023

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Total
Imobilizado operacional					
Edificações	179.274	117	-	(4.473)	174.918
Máquinas e equipamentos	46.584	81	(22)	(11.631)	35.012
Dique flutuante	64.246	-	-	(2.383)	61.863
Terrenos	15.623	-	-	-	15.623
Móveis e utensílios	691	16	(4)	(434)	269
Informática	113	27	(3)	(36)	101
Veículos	-	-	-	-	-
Subtotal	306.531	241	(29)	(18.957)	287.786
Imobilizado em construção					
Dique flutuante	21.753	10.310	-	-	32.063
	21.753	10.310	-	-	32.063
Total Imobilizado	328.284	10.551	(29)	(18.957)	319.849
Intangível					
Software	510	10	-	(127)	393
Subtotal	510	10	-	(127)	393
Total Imobilizado e Intangível	328.794	10.561	(29)	(19.084)	320.242

Devido às contínuas condições desafiadoras do setor naval e às perdas operacionais históricas da Companhia, foram identificados indicadores de "impairment" para o ativo imobilizado.

A Companhia contratou a empresa especializada para realizar o relatório de avaliação patrimonial de determinados bens do ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024. As classes de bens escopo da avaliação realizada foram:

Escopo da avaliação	Método utilizado
Bens móveis:	
Máquinas e equipamentos	Método comparativo direto de dados de mercado
Dique flutuante	Método comparativo direto de dados de mercado
Veículos	Método comparativo direto de dados de mercado
Bens imóveis:	
Edificações civis	Custo de reposição
Benfeitorias	Custo de reposição
Terrenos	Método comparativo direto de dados de mercado

O método utilizado para a mensuração do valor líquido de realização adotado pela Companhia foi o valor justo dos ativos, líquido de despesa de venda, não tendo sido constatada perda de valor recuperável deles, em 31 de dezembro de 2024. A construção do estaleiro Vard Promar foi financiada pelo Banco do Brasil, por meio de recursos provenientes do Fundo da Marinha Mercante (FMM). O contrato de financiamento está denominado em dólar norte-americano (USD). O prazo de carência do empréstimo venceu em 12 de janeiro de 2015, sendo a primeira prestação paga pela Companhia em 12 de fevereiro de 2015 e a última programada para 12 de julho de 2029. As variações cambiais e os juros do referido empréstimo foram classificados no ativo imobilizado da Companhia até a finalização da construção do estaleiro.

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: A indústria de construção naval brasileira é subsidiada pelo governo federal, por meio de recursos do Fundo da Marinha Mercante. A Companhia obtém tais recursos por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Brasil. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia, com suas respectivas instituições financeiras, operações, encargos e garantias concedidas, estão representados conforme a seguir:

Operação	Moeda	Taxa de juro nominal a.a.	Ano de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimo com a Vard Group (partes relacionadas)	R$	sem incidência	-	566.532	566.532
Empréstimo bancário garantido (Construção - Estaleiro)	R$	3,5% a.a. para subcrédito A + Variação Cambial e 4,5% a.a. + Variação Cambial para subcrédito B	2029	38.859	26.584
Empréstimo bancário garantido (Construção - Estaleiro)	R$	3,5% a.a. para subcrédito A + Variação Cambial e 4,5%a.a. + Variação Cambial para subcrédito B	2029	341.178	297.138
				946.569	890.254

O contrato de financiamento da construção prevê compromissos ("covenants") por parte da Companhia, estabelecendo parâmetros de faturamento, restrições para distribuição de dividendos, manutenção de índice mínimo de cobertura do serviço da dívida (ICSD), e no caso de não cumprimento desses compromissos, há necessidade de uma celebração de aditivo do contrato de empréstimo intragrupo, no intervalo compreendido entre 01/01/2023 e 31/12/2025, complementando a linha de crédito com o controlador de acordo com as obrigações do contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2024 esse aditivo do contrato de empréstimo intragrupo ainda se encontra vigente. A Companhia sofre inspeções dos agentes financeiros com o intuito de validar a utilização dos recursos na construção dos navios e do estaleiro. Além disso, as datas de vencimento dos empréstimos relativos à construção de embarcação poderão sofrer alteração (antecipação e/ou postergação) em função da data de entrega da embarcação.

	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Construção do estaleiro	2024	-	26.584
Construção do estaleiro	2025	38.859	-
		38.859	26.584
Não circulante			
Construção do estaleiro	2025	-	30.381
Construção do estaleiro	2026	43.717	34.179
Construção do estaleiro	2027	72.861	56.965
Construção do estaleiro	2028	97.148	75.953
Construção do estaleiro	2029	127.452	99.660
Vard Group (nota nº 10)	2029	566.532	566.532
		907.710	863.670
Saldo em 31 de dezembro		946.569	890.254

Reconciliação da dívida líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos de curto prazo	38.859	26.584
Empréstimos de longo prazo	907.710	863.670
Total da dívida	946.569	890.254
Caixa e equivalentes de caixa	(100.468)	(152.507)
Dívida líquida	846.101	737.747

Movimentação do exercício:	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	876.996
(+) Captações	62.920
(+) Variações monetárias	(26.084)
(+) Encargos	13.350
(-) Amortização principal	(22.039)
(-) Amortização juros	(14.889)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	890.254
(+) Variações monetárias	85.678
(+) Encargos	13.355
(-) Amortização principal	(27.484)
(-) Amortização juros	(15.234)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	946.569

9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis em R$4.975 (R$5.752 em 2023). O valor das causas de perda considerada possível em 31 de dezembro de 2024 é de R$9.114 (R$4.617 em 2023). Os saldos de depósitos judiciais totalizavam, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$6.692 (R$5.352 em 2023) e estão majoritariamente relacionados a questões trabalhistas.

Abaixo está demonstrada a movimentação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 das provisões para contingências:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.899
Constituição	1.150
Reversão	(1.297)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.752
Constituição	4.016
Reversão	(4.793)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.975

10. PARTES RELACIONADAS: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e sua controladora e entidades coligadas. A controladora direta da Companhia é a Vard Group AS e a controladora final é a Fincantieri. A remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de d o s por conta de aquisição desses materiais e equipamentos são registrados na rubrica de adiantamentos a fornecedores.

Saldos	Passivos não circulantes - Contas a pagar 2024	Contas a pagar 2023	Mútuo 2024	Mútuo 2023	Ativo não circulantes - Outros (a) 2024	Outros (a) 2023
Vard Group S.A.	233.549	201.592	566.532	566.532	152	152
Vard Holding	50.753	44.441	-	-	-	-
Fincantiere Marine Repair LLC	21.536	16.896	-	-	37.830	31.502
Vard Niteroi Ltda.	-	-	-	-	17.001	15.115
Vard Electro S.A.	8.588	6.743	-	-	-	-
Ficantiere SPA	-	-	-	-	636	531
Vard Accommodation	906	793	-	-	-	-
Quissamã	-	-	-	-	313	313
Vard Engineering Brevik	88	77	-	-	25	20
Ficantiere Brasil Participações S.A.	2.600	2.170	-	-	-	-
Seaonics S.A.	43	43	-	-	-	-
Vard Infraestrutura Ltda (Brazil)	-	-	-	-	2	-
Vard Piping S.A.	5	5	-	-	-	-
Total	318.068	272.760	566.532	566.532	55.959	47.633

continua...

D4Sign 76f21a72-43b3-42a9-a24c-d63a89a7689b - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

...continuação - **VARD PROMAR S.A.**

(a) A Companhia possui saldos a receber referente a serviços prestados durante o exercício de 2023 além de valores de desembolsos financeiros para pagamento de despesas das partes relacionadas.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - i) Imposto de renda e contribuição social corrente: Em 2024 a empresa operou com prejuízo fiscal e base negativa no montante de R$61.647 sobre o qual não foi reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos em função de não haver uma projeção de lucro tributável futuro.

ii) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social: reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro/Prejuizo contábil antes dos impostos	(149.930)	99.080
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda	50.976	(33.688)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(14)	-
Diferido não constituído sobre difer. temporárias	(30.002)	23.709
Diferido não constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa	(20.960)	-
Utilização de prejuízo fiscal	-	3.001
Total do imposto - corrente	-	(6.978)

12. CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, no montante de R$1.109.108 é composto por 1.109.108.180 ações ordinárias, no valor nominal de R$1,00 cada.

13. RECEITAS LÍQUIDAS

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de venda de sucata	46	396
Receita de reparo	24.460	28.779
(-) Impostos e deduções sobre receitas	(1.926)	(1.830)
Receita líquida	22.580	27.345

14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos reconhecidos na demonstração do resultado estão apresentadas a seguir:

	2024	2023
Natureza:		
Depreciação e amortização	(16.741)	(19.082)
Provisão para perda de estoques obsoletos (nota explicativa nº 5)	46	360
Serviços prestados	(6.870)	(17.325)
Custos com pessoal	(21.272)	(23.910)
Insumos e gastos gerais	(5.933)	(5.975)
Legais e judiciais	(4.016)	(1.150)
Energia elétrica e água	(1.152)	(853)
Impostos e taxas diversos	(623)	(3.059)
Outras receitas (a)	42	100.813
Outros	(5.272)	(4.515)
Total	(61.791)	25.304
Classificados como		
Custo dos produtos vendidos	(61.352)	(42.513)
Despesas gerais e administrativas	(439)	(4.779)
Outras receitas operacionais	-	72.596
Total	(61.791)	25.304

(a) O valor de 2023 refere-se as receitas oriundas do acordo com a Transpetro, conforme nota explicativa nº 1.(b).

15. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2024	2023
Receita financeira:		
Rendimentos de aplicações financeiras	8.319	1.890
Receita de atualizações monetárias	-	23
Outras receitas financeiras	11	28
Subtotal	8.330	1.941
	2024	2023
Despesas financeiras:		
Despesa com juros sobre empréstimos	(13.356)	(13.350)
Outras despesas financeiras	(1.469)	46
Subtotal	(14.825)	(13.304)
Variações cambiais - líquidas:		
Variações cambiais ativas	69.392	128.340
Variações cambiais passivas	(173.620)	(70.546)
Subtotal	(104.228)	57.794
Resultado financeiro	(110.724)	46.431

A variação cambial registrada no exercício de 2024 é principalmente decorrente de três fatores: a) Empréstimo de Longo Prazo: Impacto do empréstimo destinado à construção do estaleiro, com vencimento em 12 de julho de 2029. b) Operações Intercompany: Flutuações cambiais nas transações entre as empresas do grupo. c) Aplicação Financeira: Variação nas taxas de câmbio relacionadas à aplicação financeira mantida no Santander em Madrid.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO: O acompanhamento dos instrumentos financeiros é realizado pela Companhia por meio de monitoramento sistemático, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O controle consiste na comparação permanente das taxas contratadas com as existentes no mercado. a) Operações com instrumentos financeiros - por categoria: Todas as operações com instrumentos financeiros por categoria estão reconhecidas nas Demonstrações Financeiras, conforme a seguir:

Mensurados ao custo amortizado	2024	2023
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 3)	100.468	152.507
Contas a receber (nota nº 4)	6.161	5.849
Depósitos judiciais (nota nº 9)	6.692	5.352
Contas a rec. c/partes relacion. (nota nº 10)	55.959	47.633
	169.280	211.341
Passivos		
Empréstimos e financiamentos (nota nº 8)	946.569	890.254
Fornecedores	2.405	1.439
Cts a pagar c/ partes relacion. (nota nº 10)	318.068	272.760
	1.267.042	1.164.453

17. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO - 17.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. O acompanhamento dos riscos financeiros a que a Companhia está exposta é realizado pela Administração por meio de monitoramento sistemático, visando assegurar sua liquidez, rentabilidade e segurança. O controle consiste na análise permanente dos riscos identificados com os derivados e apresentados pelo mercado. A Administração da companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. a) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercadorias, demanda por novos navios, taxas de câmbio e de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (i) Risco de moeda: A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente de sua moeda funcional. As moedas nas quais estas transações são denominadas são: o dólar norte-americano (USD), a coroa norueguesa (NOK) e o euro (EUR). A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, a Companhia utiliza contratos a termo de moeda. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. (ii) Risco de taxas de juros: A Companhia possui contratos de empréstimos individuais para a produção das suas embarcações. Os recursos destes empréstimos são provenientes do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e obtidos por meio de agentes financeiros credenciados. As operações de financiamento seguem as condições estabelecidas na Resolução Nº 3828 do Banco Central do Brasil, de 17 de dezembro de 2009, e as taxas de juros praticadas são subsidiadas para estimular a construção naval brasileira. O risco de taxa de juros é considerado baixo, uma vez que essa prática visa fomentar o setor naval com taxas mais atrativas do que aquelas normalmente pactuadas se fossem tomadas diretamente das instituições financeiras e, por conseguinte, a análise de sensibilidade foi considerada não representativa. b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. Caixa e equivalente de caixa: A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, em instituições financeiras de primeira linha, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. Contas a receber de clientes e outros créditos: A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. Em função das características inerentes ao negócio da Companhia, as receitas de construção de navio estão concentradas nos clientes citados na nota nº 4. A Companhia não sofreu perdas decorrentes de inadimplência de clientes nos últimos anos. As entregas das embarcações aos respectivos clientes estão consubstanciadas ao recebimento dos valores devidos pelos armadores, o que mitiga os riscos relacionados a estes créditos. O faturamento ocorre no momento da entrega do navio ao cliente. Durante a construção do navio, são recebidos adiantamentos de clientes. c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades para cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui, também, compromisso formal de sua controladora (Vard Group AS) de prover, caso necessário, suporte financeiro para a continuidade operacional no Brasil. A liquidação dos valores contratados para a construção do estaleiro ocorrerá em parcelas mensais iniciando-se o primeiro pagamento em fevereiro de 2015 e a última em julho de 2029.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	2.405	-		-
Emprést. Banco do Brasil - Principal	38.859	116.578	224.600	-
Financiamento Vard Group AS	-	-	-	566.532
	41.264	116.578	224.600	566.532

18. COBERTURA DE SEGUROS: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Cobertura	Limite máximo da garantia R$ mil	Vigência
Responsabilidade civil sobre estabelecimentos comerciais e/ou Industriais (Cobertura Ampla); Produtos no exterior (Cobertura Ampla); Responsabilidade civil do Empregador (Cobertura Ampla); Danos Morais (Riscos Não Profissionais)	11.597	30/06/2025
Edifícios, máquinas, móveis, utensílios, instalações, mercadorias e matérias-primas, que constituam partes integrantes do(s) estabelecimento(s) segurado(s), expressamente indicado(s) nesta Especificação de Apólice	386.316	30/06/2025
Responsabilidade Civil Geral	15.000	26/07/2025
Responsabilidade Civil sobre cascos e máquinas	29.200	21/06/2025
Responsabilidade Civil sobre frota de veículos	100	10/02/2025
Responsabilidade Civil para Administradores D&O	25.000	30/07/2025
Responsabilidade Civil para Administradores	5.998	30/06/2025

19. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: A Administração da Companhia aprovou e autorizou a emissão dessas presentes demonstrações financeiras em 30 de abril de 2025, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até a data, que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras, quando requeridos.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do Vard Promar S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Vard Promar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vard Promar S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Contexto operacional.** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual menciona que, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia concentra suas atividades na prestação de serviços de reparos navais. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise dessas demonstrações financeiras deve levar em consideração essa circunstância. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Transação com partes relacionadas:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a Companhia possui transações em montantes significativos com empresas ligadas em condições específicas definidas contratualmente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: •Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. •Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. •Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. •Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. •Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de abril de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609 /O-8 "F" PE

Matheus M. Maia

Matheus Mezer Maia
Contador - CRC nº 1 CE 027557/O-4

D4Sign 76f21a72-43b3-42a9-a24c-d63a89a7689b - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Publicidade Legal - 19 de maio de 2025 VARD PROMAR SA - BALANÇO pdf

Código do documento 76f21a72-43b3-42a9-a24c-d63a89a7689b

Assinaturas

EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

16 May 2025, 19:58:08
Documento 76f21a72-43b3-42a9-a24c-d63a89a7689b **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2025-05-16T19:58:08-03:00

16 May 2025, 19:58:24
Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2025-05-16T19:58:24-03:00

16 May 2025, 19:58:44
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 179.144.38.156 (179-144-38-156.user.vivozap.com.br porta: 17100). Dados do Certificado: CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=AC SyngularID Multipla, OU=45616309000149, OU=Videoconferencia, OU=Certificado Digital PJ A1, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2025-05-16T19:58:44-03:00

Hash do documento original
(SHA256):a8c72d11524d916141c99db754d88752be86d7ca37abad85792a40ac5fba60a1
(SHA512):76112a3aa6ab9ca9e34661b939cac547df2db8738791d8e743732067f41fba2dbe555d0d6fc18d23a9b2753a7a5f563889c6e550f9c0786e7fbd3823c5e49c5b

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.